



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 14, nº. 2, julho-dezembro, 2017, p.278-283
DOI: 10.23925/1809-8428.2017v14i2p108-113

Resenha de
A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ENSAIO SOBRE O NEOLIBERALISMO
de Pierre Dartot e Christian Laval. São Paulo: Boitempo, 2016.¹

Thiago Dias da Silva

Doutorando em filosofia na FFLCH-USP e membro do Centro de Estudos Hannah Arendt (FD-USP)
thdiass@yahoo.com.br

* * *

Publicado na França entre 2008 e 2009, *A nova razão do mundo* de Pierre Dartot e Christian Laval se insere no contexto da mais recente crise que atingiu a economia global e cujos efeitos ainda são perceptíveis. Os próprios autores explicitam esta conexão ao afirmar que o sentido do livro não é apenas acadêmico, mas também político, uma vez que pretendem com ele contribuir para a construção de uma saída para a crise. Não uma saída à maneira do *status quo*, mas resultante da crítica aos elementos que conduziram o mundo até a crise. A contribuição dos autores vem na forma de uma descrição do neoliberalismo que pretende ser distinta das que foram produzidas nos últimos anos porque assentada sobre a ideia de que elas cometem um grave erro de diagnóstico ao abordarem o problema. Este erro se evidencia na crença, bastante comum quando da falência do gigante Lehman Brothers em 2008, de que a crise resultaria no fim do neoliberalismo ou mesmo do capitalismo. Os autores já constatavam este equívoco em 2009 e já arriscavam afirmar que tínhamos apenas passado para uma nova etapa do neoliberalismo.

O fato de a edição brasileira ter sido publicada anos depois do auge da crise não retira a importância política do livro. Isto porque ele pretende justamente criticar a ideia segundo a qual o neoliberalismo é algo suscetível de ser derrubado com uma crise econômica. No “Prefácio à edição inglesa”, escrito em 2014 e felizmente incluso na edição brasileira, Dartot e Laval afirmam com segurança que o diagnóstico arriscado ainda em meio às turbulências se mostrou correto, como

¹ Eu devo agradecer aos membros do grupo de estudos Espinosanos, com quem tive o privilégio de ler e debater este livro.

provam o fortalecimento das políticas de austeridade e as enormes dificuldades para a construção de alternativas efetivas ao neoliberalismo, mesmo depois da crise. Para o público brasileiro, o livro se encontra, portanto, fora de seu contexto imediato, mas na vantajosa posição de ter superado uma prova histórica de bastante fôlego, o que fortalece o sentido político a ele atribuído pelos autores.

O erro de diagnóstico é partilhado por vários grupos de críticos do neoliberalismo. Dardot e Laval se distanciam de modo explícito, mas cuidadoso e nuançado, de posições como as de Giorgio Agamben, Naomi Klein, Luc Boltanski e Éve Chiapello, Deleuze e Guatarri. Seu alvo mais diretamente declarado, entretanto, são os marxistas, embora os autores não apresentem qualquer descrição mais detalhada do que entendem por marxistas. Limitam-se a uma lista contendo a dupla Gerard Dúmenil e Dominique Lévy, David Harvey, além de Antonio Negri e Michael Hardt. O ponto fundamental sobre o qual se apoiam para o afastamento dos marxistas é a proposta destes de pensar o neoliberalismo em termos de mercantilização de todas as esferas da vida. Este processo seria resultado da ação do capital financeiro, concebido como um sujeito que lucra com todo este movimento de mercantilização e mobiliza portanto todos os seus poderes para conduzir o mundo nesta direção. A abordagem marxista operaria segundo certo essencialismo, uma vez que pressupõe a permanência de uma mesma lógica subjacente a todas as formas de capitalismo e conseqüentemente certa identidade da burguesia ao longo dos séculos. No balanço de Dardot e Laval, a crítica marxista se revela muito potente para denunciar a *destruição* causada pelo neoliberalismo, mas pouco útil para mostrar *construção* por ele realizada.

Embora Dardot e Laval declarem uma dívida importante a um ensaio de Wendy Brown, eles se baseiam mais fundamentalmente no trabalho de Michel Foucault realizado a partir do final dos 1970 em cursos ministrados no *College de France*. *O nascimento da biopolítica* ganha atenção especial, mas *Segurança, território e população* e *A hermenêutica do sujeito* também figuram entre as referências fundamentais. Destes cursos, os autores retiram a ideia de que é necessário pensar o *neoliberalismo como uma racionalidade*, ou seja, como aquilo que organiza tanto a ação dos governantes quanto a dos governados, como uma lógica normativa que rege as relações de poder e as maneiras de governar; em uma palavra, como uma racionalidade vinculada a determinada governamentalidade. Sem deixar de considerar a imposição violenta de políticas neoliberais (de que o Chile é o caso paradigmático, mas não o único), deve-se contestar a afirmação de que esta seja a única maneira, ou mesmo a principal forma de implementar o neoliberalismo. Esta foi a maneira encontrada em situações específicas, mas elas não explicam o *quadro normativo global* que orienta as novas condutas dos indivíduos. Os autores julgam que uma apresentação à maneira foucaultiana desta racionalidade e da governamentalidade a ela vinculada contribui para a elaboração de saídas do neoliberalismo. Este é o papel que o livro pretende ter.

Em *O nascimento da biopolítica*, como se sabe, Foucault apresenta o surgimento de uma nova arte de governar os homens. Afirmando inverter o historicismo, o filósofo se recusa a pensar a partir de universais como o Estado ou a soberania e opera por meio da descrição de certas práticas vinculadas a estes universais. Em vez de observar as práticas por meio da grade dos universais, Foucault propõe passar os universais na grade das práticas, segundo formulação dele mesmo na abertura da primeira aula do curso. Para exemplificar, lembremo-nos

de que um dos momentos da argumentação consiste em indicar um episódio fundamental na história do governo, a saber, o surgimento de uma racionalidade prática governamental entre os séculos XVI e XVII. É ela que permite regrar a maneira de governar os homens com base em algo que se chama Estado. Na elaboração foucaultiana, o “universal” não é anterior, mas posterior às práticas, quase que resultante delas. Nesse sentido, pode-se afirmar que as práticas terminam por produzir seu próprio sujeito. Uma das vantagens deste método está em sua capacidade de apreender e mostrar um elemento comum entre governantes e governados; este elemento é certa racionalidade, capaz de conferir sentido às práticas e limitar o horizonte de ações.

Segundo Foucault, o surgimento da racionalidade neoliberal tem um momento fundamental no Colóquio Walter Lippmann realizado na França em 1939. Os participantes revelaram a concordância geral de que o liberalismo estava em um momento de crise e precisava ser profundamente reinventado. Este trabalho de fôlego marcou a carreira da maioria dos presentes, como F. A. Hayek, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke, Walter Eucken e vários outros. A apresentação de uma série de convergências e divergências entre estes autores permite a identificação de ordoliberalis e austro-americanos como duas grandes correntes no interior do neoliberalismo. Talvez o traço comum mais significativo entre estas correntes esteja na recusa do mercado como dado natural, inscrito na própria condição humana, e na conseqüente afirmação de que ele é uma *ordem construída*. Outro fator importante para a reinvenção do liberalismo está na recusa da troca como a relação fundamental do mercado em benefício da relação de *concorrência*. Estas mudanças resultam no afastamento da crença no *laissez-faire*, que aposta em um equilíbrio natural das relações de troca deixadas por si mesmas, e na defesa da necessidade de intervenções ordenadoras e reguladoras para a própria manutenção do mercado. *Estas intervenções devem ser feitas pelo Estado* e esta afirmação pretende já exibir a fragilidade da crítica segundo a qual o neoliberalismo defende a não intervenção estatal na economia. Longe de ser um Estado mínimo, o Estado solicitado pelos pensadores neoliberais é enorme, uma vez que é o garantidor da ordem e da regulação do mercado.

Dardot e Laval se apoiam tanto no método quanto nestes elementos fundamentais da análise foucaultiana. Apesar de manifestarem discordâncias localizadas com relação ao mestre, não pretendem fazer qualquer correção maior na descrição da crise do liberalismo, seja quanto à importância do colóquio e da turbulência dos anos 1930, quanto à formação de duas correntes mais importantes, tampouco quanto à recusa do mercado como elemento natural. A primeira metade de *A nova ordem do mundo* forma uma parte intitulada “A refundação intelectual”, basicamente dedicada a uma espécie de rerepresentação da análise de Foucault. Ao menos à primeira vista, ela não parece trazer novidade ao leitor já familiarizado com a obra de Foucault — à exceção, talvez, da presença de Herbert Spencer, ausente no trabalho de Foucault. O leitor pouco ou nada familiarizado com o trabalho foucaultiano, entretanto, tem grande proveito nesta primeira parte do livro.

Morto em 1984, quando Margaret Thatcher e Ronald Reagan ainda lutavam para implantar sua política, Foucault não pôde ver os desenvolvimentos mais concretos da racionalidade que descrevera alguns anos antes e que nos acompanha desde então. Dardot e Laval se lançam à tarefa de oferecer, na segunda parte do livro, chamada “A nova racionalidade”, uma descrição atualizada da governamentalidade vinculada à nova razão do mundo. Explicitando seus objetivos

mais diretamente políticos, os autores nomeiam o período dos governos Thatcher e Reagan “A grande virada”, momento em que se consolidou uma relação de apoio recíproco entre as políticas neoliberais e as transformações do capitalismo, bem como uma luta ideológica feita por ensaístas contra o Estado de bem-estar social. Este período é também o do desenvolvimento de uma norma disciplinar que força governantes e governados à austeridade e ao domínio de si sob a pressão da competição. As práticas subjacentes a estes movimentos instauram uma racionalidade geral e formam um novo regime de evidências imposto a governantes e governados de todas as linhas como o *único quadro possível* para a compreensão da conduta humana.

Parte fundamental desta descrição oferecida pelos autores está na apresentação das influências neoliberais — ordoliberais, mais precisamente — sobre a construção da União Européia. Opondo-se vigorosamente a uma das “cantilenas preferidas da esquerda europeia” segundo a qual a constituição da Europa representa uma resistência civilizatória à barbárie de Reagan e Thatcher e seu “ultraliberalismo anglo-saxão”, Dardot e Laval se ocupam de mostrar que o ordoliberalismo alemão tem um lugar fundamental na construção política e jurídica da UE. Foi sob influência dos ordoliberais que se deu a ideia de que a UE deveria ser construída a partir de um “mercado comum”, no interior do qual a concorrência é a relação fundamental. O tratado da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), em 1951, e o Tratado de Roma (1957) começaram a instaurar regras estritas para evitar que a concorrência encontre empecilhos. Com base na mesma racionalidade, a Corte de Justiça Europeia e a Comissão Europeia elaboraram um conjunto de instrumentos que se converteriam em uma espécie de constituição econômica no interior da qual a concorrência funciona como pedra angular. Além disto, certa primazia do direito privado sobre o direito público e a teorização dos quatro tipos de liberdade que constituem o bloco (livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais) são fundamentalmente ordoliberais, como mostram Dardot e Laval a fim de explicitar a inadequação da ideia de que a “Europa liberal” é resultado do ultraliberalismo anglo-saxão e distinta da “Europa social”, pensada em termos de uma “economia social de mercado” — termo que era, aliás, largamente utilizado pelos ordoliberais alemães.

Outro momento importante do livro é a demonstração e a análise do processo de transformação da *empresa como modelo de subjetivação* tanto do Estado quanto dos indivíduos. Este modo de subjetivação se funda na concorrência — uma vez mais — e resulta em mutações muito significativas para os indivíduos, o Estado e mesmo para as empresas. Através das novas técnicas de *management* e da noção de *Corporate Governance*, a racionalidade neoliberal alterou completamente a fisionomia das empresas, agora submetidas a alguns poucos acionistas globais que, a fim de decidir sobre a ampliação ou redução de seus investimentos, promovem a concorrência generalizada entre empresas, entre partes de uma mesma empresa e entre seus funcionários. A introdução de avaliações permanentes e individualizadas vem ao auxílio deste movimento, uma vez que pretendem ser capazes de medir a eficácia de unidades de produção e mesmo de indivíduos, de modo a gerar dados objetivos que permitam acirrar permanentemente a concorrência.

Este conjunto de regras destinadas à racionalização da produção ganha sua versão para o Estado, de modo que também os governos são medidos por sua capacidade de manter uma *State Governance* adequada. Para tanto, é necessário

introduzir valores e métodos empresariais na administração pública em todos os níveis, do que decorre transformação de cidadãos em clientes de serviços. As habituais reformas promovidas por governos de direita ou esquerda cooperam com esta mutação do Estado, cujas competências deixam de ser a integração das dimensões da vida coletiva, a organização do poder político e da vida econômica, a elaboração e difusão da cultura nacional, para ser a gestão de serviços prestados a clientes. A fisionomia do Estado neoliberal é composta ainda pela responsabilidade, acima evocada, de ordenar e regular o mercado, do que decorre o esforço de ampliar a lógica concorrencial ao máximo de aspectos da esfera social. Um Estado forte e capaz de promover estas alterações é, portanto, uma ferramenta fundamental para a governamentalidade neoliberal; a crítica segundo a qual os neoliberais pretendem reduzir o Estado é miope precisamente porque é incapaz de perceber aquilo que o Estado neoliberal *produz* de acordo com a racionalidade vigente.

No plano individual, por fim, a subjetivação neoliberal assume a forma da empresa de si mesmo. Tomando-se como uma empresa, o indivíduo desenvolve um *ethos* empresarial que o conduz à constante valorização de si vinculada às necessidades da concorrência com as demais “empresas de si” circundantes. Surgem aqui as preocupações constantes com o aperfeiçoamento das técnicas de controle de si (como *coaching* e *training* em várias modalidades) que permitem melhorar o desempenho produtivo e superar os demais concorrentes, igualmente lançados nesta busca desenfreada. Quando bem realizada, esta gestão da alma permite um desempenho ótimo que resulta em um gozo repleto de implicações para a formação subjetiva, o que os autores analisam com o auxílio de Lacan. Uma consequência fundamental da formação de “neossujeitos” é a destruição de laços pessoais, o que acarreta uma série de efeitos patológicos importantes, como a corrosão da personalidade, a depressão generalizada, a dessimbolização e as várias formas de sofrimento no trabalho.

A estratégia de pensar o neoliberalismo como uma racionalidade oferece a evidente vantagem de poder perceber seu funcionamento em governantes e em governados. Ao colocar no centro da análise a determinação da empresa como forma privilegiada de subjetivação e da concorrência como fundamento das relações entre indivíduos e entre Estados, os autores se tornam capazes de apontar para vários elementos de um conjunto de práticas disciplinares que marcam de cima a baixo várias esferas do mundo atual. Do cuidado de si mantido por cada indivíduo à administração dos maiores Estados, uma mesma racionalidade subjaz as ações conferindo-lhes sentido e consequentemente estabelecendo limites muito claros para elas. Apenas ações conformes à governamentalidade neoliberal tem sua validade assegurada, o que limita drasticamente as possibilidades políticas sob o neoliberalismo.

As dificuldades enfrentadas pela esquerda em criar alternativas ao neoliberalismo se devem fundamentalmente a esta limitação dos horizontes do possível. O exemplo invocado pelos autores é a terceira via de Tony Blair e Gerhard Schröder, crítica do liberalismo e defensora de uma barreira civilizatória contra o *laissez-faire*, mas presa no interior da racionalidade neoliberal. A limitação é percebida em sua visão do mercado de trabalho flexível, na política de recolocação dos desempregados, no abandono da luta contra as desigualdades (universal) em benefício da luta contra a pobreza em certos bolsões (particular). Esta “esquerda moderna”, que inclui também o partido democrata americano e vários setores do Partido Socialista francês, abandonou a ideia de criação de direitos para todos e

tomou para si a matriz ideológica dos oponentes ao operar com a ideia de que, para ter acesso a determinado auxílio, certa parcela da população deve trabalhar por tanto tempo, apresentar uma tal condição familiar etc. Não deve ser difícil para nós, brasileiros, encontrarmos a mesma limitação de horizontes nas ações dos recentes governos petistas.

Diante da constatação destas limitações, percebe-se uma insuficiência da crítica à mercantilização generalizada, da defesa da democracia liberal quando atacada pelo neoliberalismo, da crítica à "democracia formal", da separação entre liberalismo político e liberalismo econômico ou mesmo da crítica ao "ultraliberalismo" em defesa de um "liberalismo civilizado". A tarefa que surge para a esquerda é a de *inventar* uma governamentalidade alternativa à racionalidade neoliberal. Esta lição é também retirada em Foucault, que acusa os socialistas (os marxistas em particular) de não terem uma governamentalidade própria e se preocuparem, portanto, com a conformidade entre o que fazem e o texto de Marx (Cf. o final da aula de 31 de janeiro de 1979 de *O nascimento da biopolítica*). Não há fórmulas para esta criação, mas os autores apostam no fomento a subjetivações alternativas à empresa de si. Considerando que o neoliberalismo não é apenas governo dos outros, mas também governo de si, "contracondutas" capazes de resultar em subjetivações não conformes à racionalidade liberal significam uma forma potente de resistência ao neoliberalismo. Eleger ou formar governos pode até ser importante para a esquerda agora, mas não estes devem ser pensados como uma instituição e sim como uma atividade de resistência à racionalidade neoliberal, devem ser pensados como um dos vários aliados na elaboração das contracondutas. Se o neoliberalismo impele à relação competitiva, façamos a colaboração. Se somos empurrados à forma empresa de si, recusemos o mandamento "trabalhe mais para crescer indefinidamente".

Por terem afirmado que a governamentalidade e suas contracondutas devem ser inventadas, os autores não se arriscam a listar muitas, decepcionando talvez alguns leitores. Eles terminam o livro, entretanto, afirmando que uma das contracondutas é a resistência à privatização da vida e o conseqüente reforço da *razão do comum*. Este parece ser o tema de *Commun: essai sur la révolution au XXI siècle*, lançado pelos autores em 2015 na França e ainda inédito no Brasil.